



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

PROJETO DE LEI N.º 028 DE 18 DE novembro DE 2008.

PROTOCOLO			
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT			
Nº 136	Livro 21	Folha 005	Data 18/11/08
Horas 17:01			
<i>Czsausa</i>			
FUNÇÃO FARI			

"Dispõe sobre a inclusão de Metas na Lei nº 2932/2008."

FUNÇÃO FARI EITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criada na Lei nº 2932/2008, que trata da LDO 2008, para o exercício de 2008, a seguinte Meta:

- Aquisição de aparelhos para academia de ginástica no ginásio de esportes Arnaldo Martins no valor de R\$ 41.894,00 (quarenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais) – Meta Física 01.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Garças-MT, 18 de novembro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal

[Assinatura]
ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA
Prefeito Municipal

*Aprovado em Sessão Ordinária
do dia 25/11/08 - Czsausa*

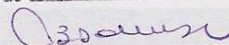


ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

MENSAGEM Nº 028 DE 18 DE novembro DE 2.008.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

PROTOCOLO			
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT			
Nº 028	Livro 01	Folha 001	Data 18/11/08
Horas 17:01			
			
FUNCIONÁRIO			

A presente Mensagem encaminha para a apreciação dos Senhores, o Projeto de Lei em anexo, que tem por finalidade a inclusão de Metas na Lei nº 2932/2008, visando a aquisição de aparelhos para academia de ginástica no ginásio de esportes Arnaldo Martins no valor de R\$ 41.894,00 (quarenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais).

A medida exceptiva se faz necessária uma vez que tem por objetivo desenvolver uma ação de cunho esportivo, que é a compra de aparelhos de ginástica para implementação de uma academia de musculação para as Seleções Municipais.

O município não dispõe de aparelhagem para equipar uma academia de musculação e a compra destes equipamentos é a única solução que virá atender a finalidade desejada, proporcionando aos atletas a melhora das condições neuromusculares, osteoarticulares e cardiorrespiratória, visando a prevenção de lesões e a potencialização do desempenho físico, condicionando os atletas para evitar o desgaste decorrente de amistosos e campeonatos.

Razão pela qual esperamos a apreciação e aprovação do referido projeto por vossas senhorias para assim, darmos início a aquisição dos aparelhos.

Atenciosamente,

Barra do Garças/MT, 18 de novembro de 2.008.

ZÓZIMO WELTONTON CHAPARRAL FERREIRA
Prefeito Municipal

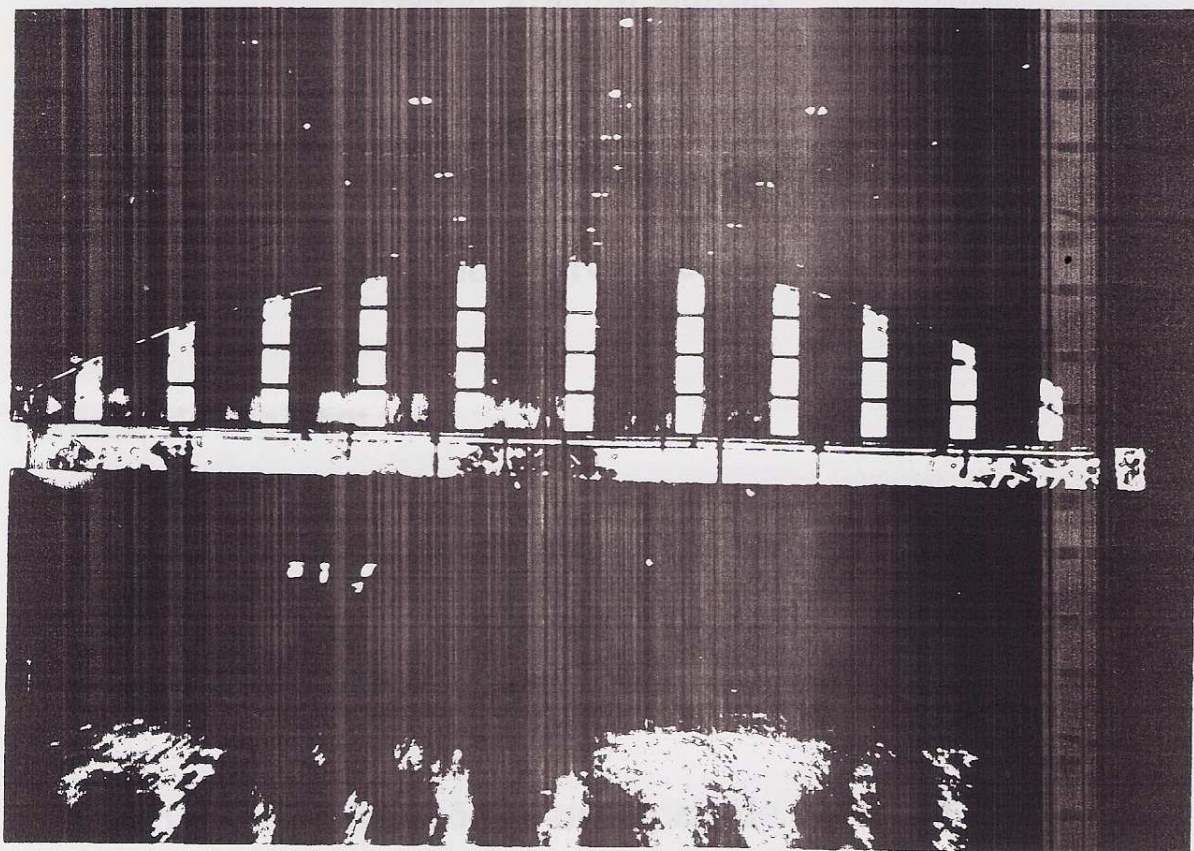
Aprovado em Sessão Ordinária
em 25/11/08 - Czausa



Barra do Garças
Bela e Melhor Para Todos
PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer



Ginásio Arnaldo Martins

Barra do Garças- MT, outubro de 2008

1
2

DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto: Academia de Musculação

Veluziano Claudino Geraldo

"Uma homenagem a um exemplo de servidor público, que durante anos dedicou seu trabalho a manutenção e a conservação do Ginásio de Esportes Arnaldo Martins"

Valor do Projeto: R\$ 41.849,00

Valor Solicitado: R\$ 38.000,00

Release do Projeto:

Este projeto tem por objetivo solicitar recursos financeiros, no propósito de desenvolver uma ação de cunho esportivo, que é a compra de aparelhos de ginástica para implantação de uma academia de musculação para as seleções Municipais.

Público Alvo: As Seleções Municipais de Barra do Garças.

Estimativa de Público: 500 Atletas

2

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer trabalha com o planejamento a coordenação e o desenvolvimento do treinamento das equipes organizadas para representar a cidade nas competições Regionais, Estaduais, Nacionais e até mesmo Internacionais, seguindo a formação adotada do desporto de rendimento.

Atualmente, nosso Município mantém 20 equipes, sendo nas Modalidades de Handebol, Vôlei, Basquete, Futsal e Atletismo, sexo masculino e feminino, nas categorias adultas e juvenis - Na modalidade de Futebol de Campo, sexo masculino e feminino, categoria juvenil.

Compete a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Esportes e lazer, coordenar e assistir financeiramente as modalidades que participam das competições oficiais, reconhecidas pelas federações e confederações.

As diretrizes e princípios desta Secretaria são voltadas a desenvolver ações conjuntas entre o poder político Municipal, Estadual e Federal e movimentos organizados da Sociedade Civil, fortalecendo o esporte dentro do Município como um meio eficaz na formação da criança, através do esporte Educacional, incentivando que através do talento esportivo possam voluntariamente alcançar destaque em alguma modalidade, a fim de proporcionar através da prática desportiva a melhoria da qualidade de vida.

Desta forma o Prefeito do Município de Barra do Garças, através da Secretaria de Esportes e Lazer, apresenta esta proposta de criação esportiva que é a compra de aparelhos de ginástica para a implantação de uma academia de musculação no Ginásio Amado Martins, local onde se concentra a maior parte dos treinamentos das Seleções de nosso Município.

JUSTIFICATIVA

A Cidade de Barra do Garças -MT, esta localizado na região sudeste de Mato grosso, sendo considerada a cidade central do país, por isso é chamada centro Geográfico do Brasil. Cujas extensão territorial (8.730,4.Km²) abrange dimensões continentais, apesar da sua pujança é uma cidade carente de programas sociais que beneficiem as 10.713 crianças e adolescentes, na faixa etária de 07 a 17 anos (Fonte: IBGE 2000). Uma das principais diretrizes da administração atual é a melhoria da qualidade de vida da população e principalmente dessas crianças e adolescentes, que são as mais penalizadas na atual conjuntura social. Isso só é possível através de ações concretas que possibilitem minimizar os danos causados pela falta de políticas públicas que promovam a inclusão social. O desemprego, o alcoolismo, a desagregação familiar afetam implacavelmente as crianças, adolescentes e jovens, jogando-as nas ruas, onde passam a delinquir.

As diretrizes e princípios desta Secretaria esta voltada a desenvolver ações conjuntas entre o poder publico Municipal, Estadual e Federal e movimentos organizados da Sociedade Civil, fortalecendo o esporte dentro do Município como um meio eficaz na formação da criança, através do desporto Educacional, adolescentes que através do talento esportivo possam vislumbrar uma profissão destacando-se em alguma modalidade, a terceira idade proporcionando através da pratica desportiva a melhoria da qualidade de vida.

Desta forma o Prefeito do Município de Barra do Garças, através da Secretaria de Esportes e Lazer, apresenta esta proposta de cunho esportivo que é a compra de aparelhos de ginástica para a implantação de uma academia de musculação no Ginásio Arnaldo Martins, local onde se concentra a maior parte dos treinamentos das Seleções de nosso Município.

OBJETIVO GERAL

A Secretaria de Esportes e lazer busca através deste projeto, uma parceria com a Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, objetivando o fortalecimento de políticas publicas de incentivo ao esporte que proporcionem aos atletas que compõe as diversas seleções Municipais, condições de treinamento de alto nível para uma melhor representatividade do nosso município nos eventos Regionais, Estaduais, Nacionais e ou Internacionais.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Proporcionar aos atletas a melhora das condições neuromusculares, osteoarticulares e cardiorrespiratória, visando a prevenção de lesões e a potencialização da performance física;
- Condicionar os atletas para evitar os desgastes físicos decorrentes de amistosos e campeonatos;
- Complementar os treinamentos em trabalhos de força, resistência e hipertrofia muscular,
- Proporcionar trabalho de reabilitação de atletas lesionados, supervisionado pelo profissional competente, fortalecendo assim sua rápida recuperação;
- Proporcionar aos atletas a melhoria das condições de treinamentos de alto nível, no intuito de desenvolver equipes preparadas para bem representar nosso município;



PLANO DE TRABALHO
CADASTRO DO ÓRGÃO/ENTIDADE E DIRIGENTE
(ANEXO I)



I - IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

01. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT

02. CNPJ: 03.439.239/0001-50

03. ENDEREÇO COMPLETO:
RUA CARAJÁS, Nº 522, CENTRO

04. MUNICÍPIO: BARRA DO GARÇAS

05. CAIXA
POSTAL
291

06. CEP
78.600-000

07. UF
MT

08. DDD
66

09. FONE
3402-2000

10. FAX
3402 - 2014

11. E-MAIL
esportesbr@yahoo.com.br

II - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

12. NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE
ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA

13. CPF
353.108.551-49

14. ESTADO CIVIL
DIVORCIADO

15. NACIONALIDADE
BRASILEIRA

16. CARGO OU FUNÇÃO
PREFEITO MUNICIPAL

17. DATA DA
POSSE
01/01/2005

18. DUR. MANDATO
04 ANOS

19. N° RG
903.610

20. EXPEDIÇÃO/DATA
05.12.1983

21. ÓRGÃO EXPEDIDOR
SSP/DF

22. ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO
RUA TROMBETAS, 2119 - BNH

23. FONE RESID.
(66) 3405-1150

24. MUNICÍPIO: BARRA DO GARÇAS

25. CEP 78.600-000

26. UF MT

III - AUTENTICAÇÃO

27. NOME DO RESP. TÉCNICO PELO PROJETO
MARIA ARACY GUNTHER

28. DDD
66

33. FONE
3402-2037

29. ASSINATURA

BARRA DO GARÇAS-MT, 09 DE OUTUBRO DE 2008

ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



**PLANO DE TRABALHO
DESCRIÇÃO DO PROJETO
(ANEXOII)**



01. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

02. TÍTULO DO PROJETO

ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO VELUZIANO CLAUDINO GERALDO

03. ENDEREÇO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

RUA PIO 12

04. BAIRRO
BAIRRO SÃO BENEDITO

05. CIDADE
BARRA DO GARÇAS

06. SIGLA ESTADO / PAÍS
MT

07. Nº PESSOAS BENEFICIADAS


500 Atletas

08. CNPJ DO PARTÍCIPE

03.439.239/0001-50

AUTENTICAÇÃO

BARRADO GARÇAS-MT, 09 DE OUTUBRO DE 2008


ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



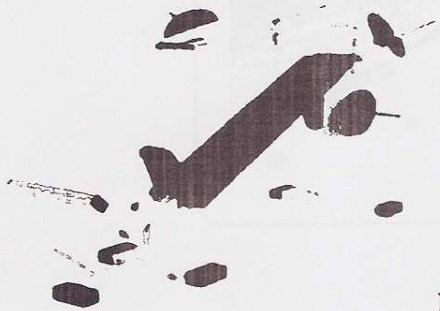
**PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE
APLICAÇÃO
(ANEXO III)**



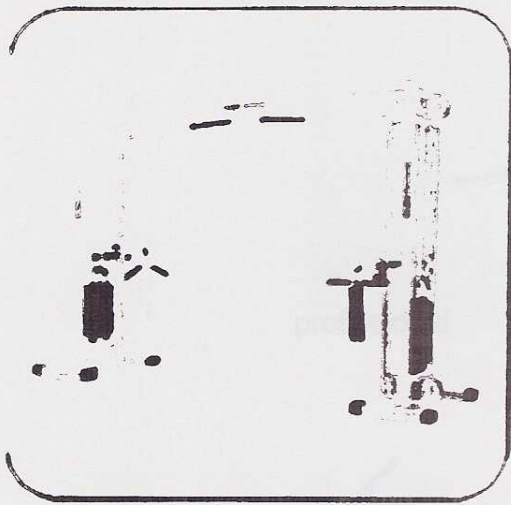
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES FÍSICOS	
			UNIDADE	QUANTIDADE
	01	Aparelhagem para Academia de Ginástica	Equipamentos	72
PLANO DE APLICAÇÃO	ETAPA FASE	DESPESAS CORRENTES		
		CONCEDENTE FUNDED-MT	R\$ 38.000,00	
		PROPONENTE P.M.	R\$ 3.849,00	
		TOTAL GERAL	R\$ 41.849,00	

BARRADO GARÇAS-MT, 09 DE OUTUBRO DE 2008


ZÓZIMO W. CHAPARRAL FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



Banco Supino Inclinado

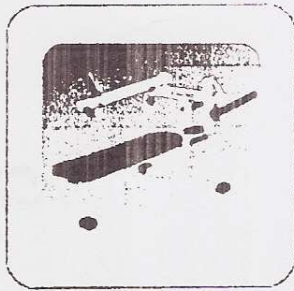


Cross Over



Remada Articulada

2



Supino Reto Articulado

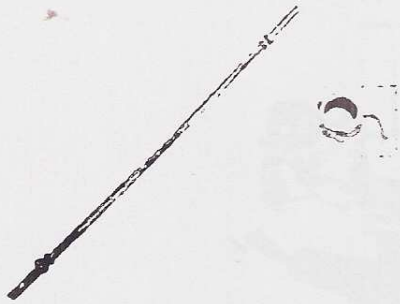
Barra Cromada 1,20 m c/ presilhas



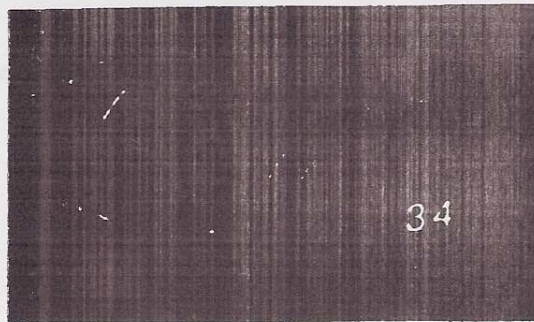
profissional



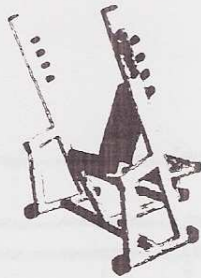
Barra Cromada 1,50 m c/ presilhas profissional



Barra Cromada 1,80 m c/ presilhas profissional

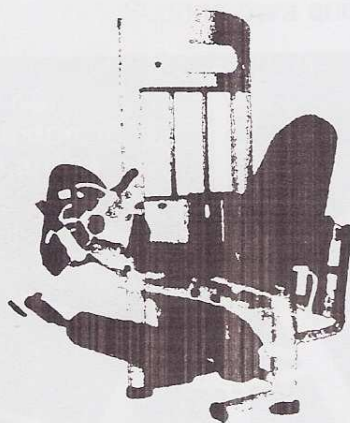


Jogo Dumbells



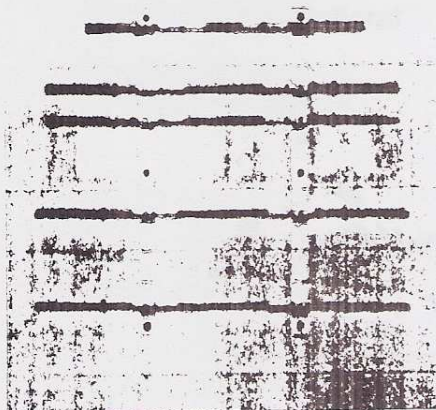
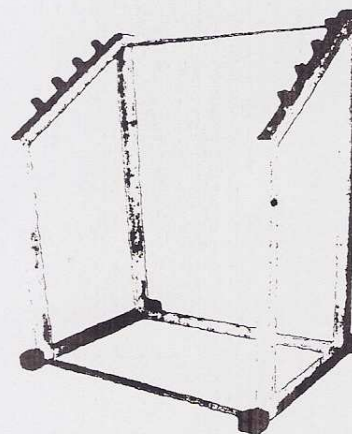
Banco para Ombros

✓
L



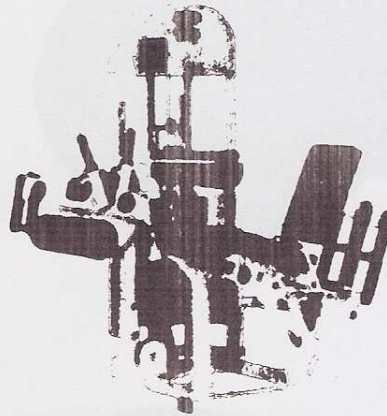
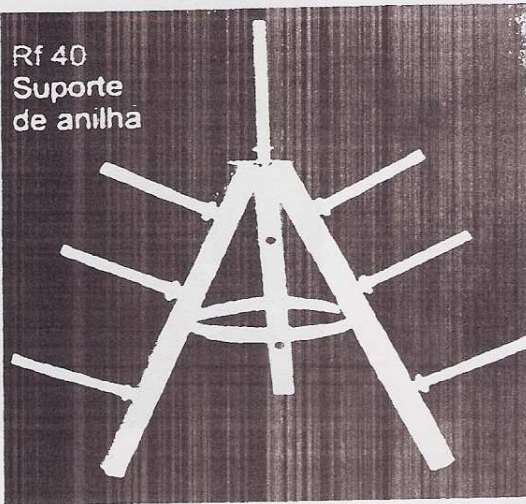
Banco Extensor

Suporte para agachamento



Suporte para de barra

Suporte para anilha



Flexor Sentado

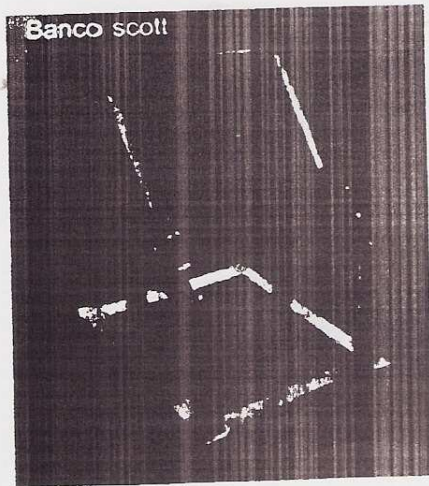
Peitoral



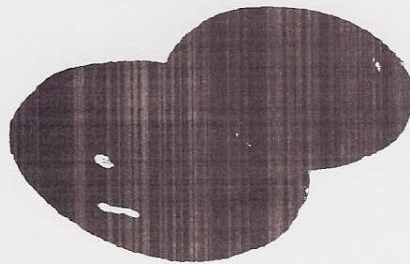
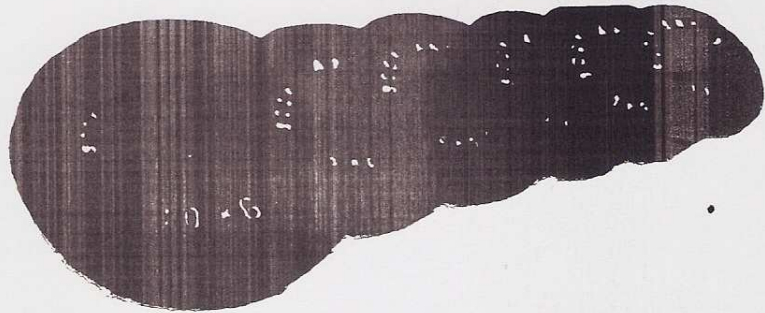
Leg Press 45° Articulado

Handwritten signature or mark

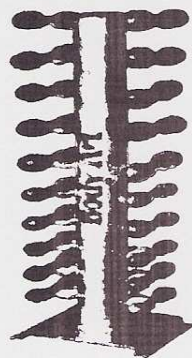
Banco Scott



Anilhas

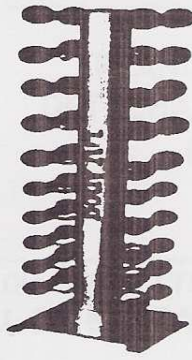


Dumbell



Suporte de Barras de Halteres

Handwritten mark or signature.



DE TRABALHO
AMENTO DAS AÇÕES
(ANEXO IV)



Nome da Entidade
PREFEITURA MUNICIPAL

Endereço
RUA GARCAS

Suporte de Barras de Halteres

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.20	Banca apoio inclinado	01	Unid.	4.120,00	4.120,00
	Bank Over	01	Unid.	4.000,00	4.000,00
	Arcondo Articulado	01	Unid.	1.070,00	1.070,00
	Supor. Kudo Articulado	01	Unid.	3.070,00	3.070,00
	Barras Cromadas 1,50 m c/ perfilado profissional	02	Unid.	100,00	200,00
	Barras Cromadas 1,50 m c/ perfilado profissional	02	Unid.	100,00	200,00
	Barras Cromadas 1,50 m c/ perfilado profissional	01	Unid.	150,00	150,00
	Jogo Barbells reverso barra emborrachada pesos de 12 a 30	01	Unid.	3.750,00	3.750,00
	Jogo Barbells reverso barra emborrachada pesos de 12 a 30	01	Unid.	3.500,00	3.500,00
	Jogo Barbells reverso barra emborrachada pesos de 12 a 30	01	Unid.	4.300,00	4.300,00
1.20	Banca para halteres	01	Unid.	200,00	200,00
	Banca extensor	01	Unid.	2.500,00	2.500,00
	Suporte para aparelhagem	01	Unid.	1.400,00	1.400,00
	Suporte de barra para 2 unidades	01	Unid.	800,00	800,00
	Suporte para barra	01	Unid.	900,00	900,00
	Plano de Sentado	01	Unid.	3.200,00	3.200,00
	Reitoral	01	Unid.	3.100,00	3.100,00
	Lag Press 45º Articulado	01	Unid.	2.600,00	2.600,00
	Prato Dumbell 1 kg	01	Par	41,00	41,00

2



Barra do Garças
 Seja e Melhor Para Todos
 PREFEITURA MUNICIPAL

**PLANO DE TRABALHO
 DETALHAMENTO DAS AÇÕES
 (ANEXO IV)**



**01 - Nome da Entidade ou Órgão Proponente
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS - MT**

ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL CONCEDENTE
AÇÃO 01	Banco supino Inclinado	01	Unid.	918,00	918,00
	Cross Over	01	Unid.	4.065,00	4.065,00
	Remada Articulada	01	Unid.	1.078,00	1.078,00
	Supino Reto Articulado	01	Unid.	1.078,00	1.078,00
	Barra Cromada 1,20 m c/ presilhas profissional	02	Unid.	92,00	184,00
	Barra Cromada 1,50 m c/ presilhas profissional	02	Unid.	106,00	212,00
	Barra Cromada 1,80 m c/ presilhas profissional	01	Unid.	130,00	260,00
	Jogo Dumbells revestido barra emborrachada pares de 12 à 30	01	Unid.	3.760,00	3.760,00
	Jogo Dumbells revestido barra emborrachada pares de 12 à 50	01	Unid.	5.590,00	5.590,00
	Banco Scott	01	Unid.	1.360,00	1.360,00
	Banco para ombros	01	Unid.	850,00	850,00
	Banco extensor	01	Unid.	2.900,00	2.900,00
	Suporte para agachamento	01	Unid.	1.490,00	1.490,00
	Suporte de Barra para 8 unidades	01	Unid.	980,00	980,00
	Suporte para anilha	01	Unid.	900,00	900,00
	Flexor Sentado	01	Unid.	3.890,00	3.890,00
	Peitoral	01	Unid.	3.890,00	3.890,00
	Leg Press 45° Articulado	01	Unid.	2.690,00	2.690,00
Peso Dumbel 1 Kg	01	Par	21,00	42,00	

L

Peso Dumbel 2 Kg	01	Par	25,50	51,00
Peso Dumbel 3 Kg	01	Par	32,00	64,00
Peso Dumbel 4 Kg	01	Par	37,00	74,00
Peso Dumbel 5 Kg	01	Par	42,00	84,00
Peso de Anilha 2 Kg	02	Pares	10,50	42,00
Peso de Anilha 3 Kg	02	Pares	15,75	63,00
Peso de Anilha 4 Kg	02	Pares	21,00	84,00
Peso de Anilha 5 Kg	10	Pares	26,25	525,00
Peso de Anilha 10 Kg	10	Pares	52,50	1.050,00
Peso de Anilha 15 Kg	10	Pares	78,75	1.575,00
Peso de Anilha 20 Kg	10	Pares	105,00	2.100,00
TOTAL GERAL				41.849,00

BARRADO GARÇAS-MT, 09 DE OUTUBRO DE 2008


 ZÓZIMO W. CHAPARRAL FERREIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

ORÇAMENTOS

FLEX FITNESS EQUIPMENT

Av. Marginal da Rodovia Assis Chateaubriand, 500 – Jd. Yolanda
 São José do Rio Preto – SP CEP: 15061-500
 Fone: (17) 2136 0900 – WWW.FLEX.IND.BR

QTD	UN	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.
01	Unid.	Banco supino Inclinado	918,00
01	Unid.	Cross Over	4.065,00
01	Unid.	Remada Articulada	1.078,00
01	Unid.	Supino Reto Articulado	1.078,00
VALOR TOTAL			7.138,00

PRÓ – PHISICAL

Rua Rodolfo Alexandre Martini, 1407 – Distrito Industrial
 Jaú – SP CEP: 17212-747
 Fone: (14) 3624 – 2521/3624 – 9707 – WWW.PROPHISICAL.COM.BR

QTD	UN	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	Unid.	Barra Cromada 1,20 m c/ presilhas profissional	92,00	184,00
02	Unid.	Barra Cromada 1,50 m c/ presilhas profissional	106,00	212,00
02	Unid.	Barra Cromada 1,80 m c/ presilhas profissional	130,00	260,00
01	Unid.	Jogo Dumbells revestido barra emborrachada pares de 12 à 30	3.760,00	3.760,00
01	Unid.	Jogo Dumbells revestido barra emborrachada pares de 12 à 50	5.590,00	5.590,00
01	Unid.	Banco Scott	1.360,00	1.360,00
01	Unid.	Banco para ombros	850,00	850,00
01	Unid.	Banco extensor	2.900,00	2.900,00
01	Unid.	Suporte para agachamento	1.490,00	1.490,00
01	Unid.	Suporte de Barra para 8 unidades	980,00	980,00
01	Unid.	Suporte para anilha	900,00	900,00
01	Unid.	Flexor Sentado	3.890,00	3.890,00
01	Unid.	Peitoral	3.890,00	3.890,00
01	Unid.	Leg Press 45° Articulado	2.690,00	2.690,00
VALOR TOTAL			28.956,00	

A GARÇA E PESCA

Av. Ministro João Alberto, 392 - Centro
Barra do Garças - MT CEP: 78500-000
Fone: 68 3401 2182

QTD	UN	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Par	Peso Dumbel 1 Kg	21,00	42,00
01	Par	Peso Dumbel 2 Kg	25,50	51,00
01	Par	Peso Dumbel 3 Kg	32,00	64,00
01	Par	Peso Dumbel 4 Kg	37,00	74,00
01	Par	Peso Dumbel 5 Kg	42,00	84,00
02	Pares	Peso de Anilha 2 Kg	10,50	42,00
02	Pares	Peso de Anilha 3 Kg	15,75	63,00
02	Pares	Peso de Anilha 4 Kg	21,00	84,00
10	Pares	Peso de Anilha 5 Kg	26,25	525,00
10	Pares	Peso de Anilha 10 Kg	52,50	1.050,00
10	Pares	Peso de Anilha 15 Kg	78,75	1.575,00
10	Pares	Peso de Anilha 20 Kg	105,00	2.100,00
			Valor Total	5.764,00

TOTAL GERAL

41.849,00

Coordenadores

Maria Aracy Gunther
Sivirino Souza dos Santos
Carlos Mauro Amorim Nunes

2

Governo do Estado de Mato Grosso
Estado de Desenvolvimento
Desportivo - FUNDESP

Cadastre de Profissionais - Serviço
Profissional Legal

ORGANOGRAMA

Prefeitura Municipal de Barra do Garças
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Coordenação

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Coordenação Operacional

Ieda Rezende Rodrigues
Secretária de Esportes e Lazer

Coordenadores

Maria Aracy Gunther
Sivirino Souza dos Santos
Carlos Mauro Amorim Nunes



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUNDED-MT

Cadastro do Proponente e Representante Legal

Anexo I

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

1 - Nome do Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
2 - CNPJ / CPF: 03.439.239/0001-50

3 - Esfera Administrativa: Municipal
4 - Status Jurídico: Prefekuras Municipais

5 - Endereço: RUA CARAJÁS Nº 522 - CENTRO

6 - Município: BARRA DO GARÇAS
7 - CEP: 78600-000
8 - DDD: 066
9 - Telefone: 402-2000
10 - Fax: 402-2003

11 - e-mail: prefgarca_mtp.@uol.com.br
12 - Site:

II - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PROPONENTE

13 - Nome do Proponente: ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA
14 - CPF: 353.108.551-49

15 - Endereço: RUA CARAJÁS Nº. 522 - CENTRO -CEP: 78.600-000

16 - Município: BARRA DO GARÇAS
17 - UF: MT

18 - C.I/Orgão Expedidor/Data: 903 610 / SSP/DF / -/-/-/-//
19 - Cargo: PREFEITO
20 - Função: PREFEITO
21 - Matrícula:

III - IDENTIFICAÇÃO DO OUTRO PARTÍCIPE

Executor Interviente

22 - Nome do Partícipe:
23 - CNPJ:
24 - Esfera Administrativa:

25 - Endereço:

26 - Município:
27 - CEP:
28 - DDD:
29 - Telefone:
30 - Fax:

IV - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO OUTRO PARTÍCIPE

31 - Nome do Dirigente da Entidade Proponente:
32 - CPF do Dirigente:

33 - C.I/Orgão Expedidor/Data: // // // // // // // //
34 - Cargo:
35 - Função:
36 - Matrícula:

Local e data
Assinatura do Outro Partícipe
Assinatura do Proponente



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUNDED-MT

Dados do Projeto

Anexo II

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

I - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

1 - Conta Corrente: 39.220-0	2 - Banco: 001	3 - Agência: 0571-1	4 - Praça de Pagamento: Barra do Garças - MT
---------------------------------	-------------------	------------------------	---

II - DADOS DO PROJETO

5 - Título do Projeto: Academia de Musculação Weluziano Claudino Geraldo	6 - Período: 00/00/0000 a 31/12/2008
---	---

7 - Descrição Sintética do Objeto:

Este projeto tem por objetivo solicitar recursos financeiros, no propósito de desenvolver uma ação de cunho esportivo, que é a compra de aparelhos de ginástica para implantação de uma academia de musculação para as seleções Municipais.

8 - Justificativa da Proposição:

A Cidade de Barra do Garças -MT, esta localizado na região sudeste de Mato grosso, sendo considerada a cidade central do país, por isso é chamada centro Geográfico do Brasil. Cujas extensões territoriais (8.730,4.Km2) abrange dimensões continentais, apesar de sua pujança é uma cidade carente de programas sociais que beneficiem as 10.713 crianças e adolescentes, na faixa etária de 07 a 17 anos (Fonte: IBGE 2000). Uma das principais diretrizes da administração atual é a melhoria da qualidade de vida da população e principalmente dessas crianças e adolescentes, que são as mais penalizadas na atual conjuntura social. Isso só é possível através de ações concretas que possibilitem minimizar os danos causados pela falta de políticas públicas que promovam a inclusão social. O desemprego, o alcoolismo, a desagregação familiar afetam implacavelmente as crianças, adolescentes e jovens, jogando-as nas ruas, onde passam a delinquir. As diretrizes e princípios desta Secretaria esta voltada a desenvolver ações conjuntas entre o poder público Municipal, Estadual e Federal e movimentos organizados da Sociedade Civil, fortalecendo o esporte dentro do Município como um meio eficaz na formação da criança, através do esporte Educacional, adolescentes que através do talento esportivo possam vislumbrar uma profissão destacando-se em alguma modalidade, a terceira idade proporcionando através da pratica desportiva a melhoria da qualidade de vida. Desta forma o Prefeito do Município de Barra do Garças, através da Secretaria de Esportes e Lazer, apresenta esta proposta de cunho esportivo que é a compra de aparelhos de ginástica para a implantação de uma academia de musculação no Ginásio Arnaldo Martins, local onde se concentra a maior parte dos treinamentos das Seleções de nosso Município.

III - DADOS ORÇAMENTARIOS DO CONCEDENTE (Preenchimento pelo Concedente)

9 - Programa:			
10 - Projeto/Atividade:			
11 - Natureza	0	0	
12 - Fonte	0	13 - Valor	R\$ 0,00
	0		R\$ 0,00



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUNDED-MT

Cronograma de Execução Física e Plano de Aplicação de Recursos

Anexo III

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS

Meta	Etapas/Fase	Especificação	Unidade de Medida	Qtde	Início	Término
01		Academia de Musculação "Veluziano Claudino Geraldo"	Unidade	1,00	01/11/2008	30/01/2009
	01.01	Aquisição de Aparelhos de Ginástica	Equipamentos	72,00	01/11/2008	30/01/2009

II - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA

Natureza	Discriminação	Valor	
		Concedente	Proposante
4490.52	Equipamentos e Material Permanente - Equipamentos e Material Perman	38.000,00	3.849,00
	Subtotal:	38.000,00	3.849,00
	Valor Total:		41.849,00

J



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUNDED-MT

Cronograma de Desembolso

Anexo IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente - 2008						
Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Todas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Todas	0,00	0,00	0,00	38.000,00	0,00	0,00
Contrapartida - 2008						
Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Todas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Todas	0,00	0,00	0,00	3.849,00	0,00	0,00

[Handwritten signature]



Governo do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUNDED-MT

Relação de Equipamentos e Material Permanente

Anexo V

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

I - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Local de Destino	Manutenção
Peso de Anilha 3 Kg	Unidade	4	15,75	63,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso de Anilha 2 Kg	Unidade	4	10,50	42,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso Dumbel 5 Kg	Unidade	2	42,00	84,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso Dumbel 4 Kg	Unidade	2	37,00	74,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso de Anilha 15 Kg	Unidade	20	78,75	1.575,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso de Anilha 10 Kg	Unidade	20	52,50	1.050,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso de Anilha 5 Kg	Unidade	20	26,25	525,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso de Anilha 4 Kg	Unidade	4	21,00	84,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso de Anilha 20 Kg	Unidade	20	105,00	2.100,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso Dumbel 3 Kg	Unidade	2	32,00	64,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso Dumbel 2 Kg	Unidade	2	25,50	51,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peso Dumbel 1 Kg	Unidade	2	21,00	42,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Leg Press 45º Articulado	Unidade	1	2.690,00	2.690,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Peltoral	Unidade	1	3.890,00	3.890,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Flexor Sentado	Unidade	1	3.890,00	3.890,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Suporte para anilha	Unidade	1	900,00	900,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Suporte de Barra para 8	Unidade	1	980,00	980,00	Ginásio Arnaldo	Própria

unidades					Martins	
Suporte para agachamento	Unidade	1	1.490,00	1.490,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Banco extensor	Unidade	1	2.900,00	2.900,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Banco para ombros	Unidade	1	850,00	850,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Banco Scott	Unidade	1	1.360,00	1.360,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Jogo Dumbells revestido barra emborrachada pares de 12 à 30	Unidade	1	5.590,00	5.590,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Barra Cromada 1,80 m c/ presilhas profissional	Unidade	2	130,00	260,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Jogo Dumbells revestido barra emborrachada pares de 12 à 30	Unidade	1	3.760,00	3.760,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Barra Cromada 1,50 m c/ presilhas profissional	Unidade	2	106,00	212,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Barra Cromada 1,20 m c/ presilhas profissional	Unidade	2	92,00	184,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Supino Reto Articulado	Unidade	1	1.078,00	1.078,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Remada Articulada	Unidade	1	1.078,00	1.078,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Cross Over	Unidade	1	4.065,00	4.065,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria
Banco supino Inclinado	Unidade	1	918,00	918,00	Ginásio Arnaldo Martins	Própria

II - DECLARAÇÃO

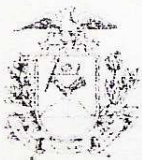
Na qualidade de representante legal do Proponente, **DECLARO**, para fins de prova junto ao Governo do Estado de Mato Grosso e, sob as penas do estabelecido no Código Penal Brasileiro, art. 299, que inexistem qualquer débito em mora com o Tesouro Estadual ou situação de inadimplência junto a qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho, o qual atesto a sua veracidade.

Local e Data:	Nome do Proponente:	Assinatura do Proponente:
---------------	---------------------	---------------------------

III - APROVAÇÃO

Aprovo o presente Plano de Trabalho, na forma proposta, estando de acordo com o objeto e os custos envolvidos.

Local e Data:	Assinatura do Dirigente do Órgão:
---------------	-----------------------------------



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI Nº 2932 DE 25 DE agosto DE 2008.

Projeto de Lei nº 013/2008, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, **ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei :

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, as diretrizes orçamentárias do Município de Barra do Garças-MT para o exercício Financeiro de 2009, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades da administração municipal;
- III - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre a dívida Pública;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições finais.

CAPITULO I

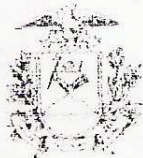
I- DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da vida pública para o exercício financeiro de 2009, estão entificadas nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá o Órgão da administração Direta, e suas Unidades Orçamentárias que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constitui-se dos seguintes:

- emonstrativo I - Metas Anuais;
- emonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- emonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- emonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, são apurados em cada Unidade Orçamentária consolidando-as que constituirão as Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, são elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício Financeiro de 2009 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios financeiros de 2009, 2010 e 2011 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, estão instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifica os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores são demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

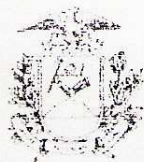
Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresenta em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, são reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresenta em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO
REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

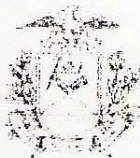
Art. 10 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 575/2007-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais conterá um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

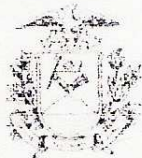
Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 575/2007-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2009, 2010 e 2011.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

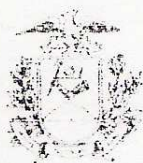
Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedecerá à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
DO RESULTADO NOMINAL.**

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal, obedecerá à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, leva em conta a Dívida Consolidada, da qual será deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza-se a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração constituindo os valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2009, 2010 e 2011.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17 - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2009 são as que estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2006 a 2009 devidamente especificadas no Anexo de Metas e Prioridades integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos, não se constituindo, entretanto, em limite inflexível à programação das despesas e, ainda, com observância das seguintes estratégias:

I – promover o crescimento sustentado da economia local;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

II – promover o desenvolvimento de programas voltados para a geração de empregos e oportunidades de renda;

III – combater a pobreza através do resgate da cidadania, da dignidade e da inclusão social;

IV – consolidar o Estado Democrático de Direito com ampla participação popular;

V – oportunizar o exercício dos direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação;

VI – Valorizar o profissional da educação com a devida compensação salarial.

VII – Intensificar assistência a todas as famílias carentes, por meio de programas.

VIII – Valorizar o profissional da saúde com um Plano de Cargos, Carreira e salário concomitante recomposição salarial.

§ 1º - A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o caput deste artigo, estará condicionada à manutenção do equilíbrio de contas públicas ficando vedada à criação, expansão ou o aperfeiçoamento de programa de trabalho que acarrete aumento de despesa sem a verificação de seu impacto orçamentário e financeiro e a compatibilidade com o Plano Plurianual.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

CAPÍTULO III

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 18- O orçamento para o exercício financeiro de 2009 abrangerá o Poder Executivo e Legislativo, e Unidades Orçamentárias que recebem recursos do Tesouro e da Seguridade Social evidenciando as Receitas e Despesas, especificando as aqueles vínculos com Fundos; desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual estão anexados os anexos ora exigidos nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; integrará ainda no orçamento a mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária de que trata o artigo 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, contendo todos os anexos exigidos na legislação pertinente.

- Para o cumprimento do caput, entende-se por estrutura do orçamento, senão vejamos:



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

I – Programa: instrumento de organização da ação de governo, visando alcançar os objetivos pretendidos, sendo medidos por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

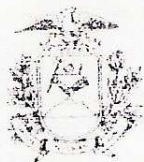
II – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, circunscrevendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

III – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, circunscrevendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Cada programa **identificará** as ações necessárias para a consecução dos seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, demonstrando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

V - As categorias de programação de que trata esta Lei são identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

VI - O orçamento fiscal e da seguridade social abrangerá a programação da administração direta do Poder Executivo, discriminando a despesa por unidade orçamentária, detalhando



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

por categoria as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso e os grupos de despesas, da seguinte forma:

- a – pessoal e encargos sociais;
- b – juros e encargos da dívida;
- c – outras despesas correntes;
- d – investimentos;
- e – inversões financeiras; e
- f – amortização da dívida

VII - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de acordo com as exigências contidas na Lei n. 4.320/64, especialmente no que concerne a:

- a – quadros orçamentários consolidados;
- b – anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa;
- c – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social.

VIII – Na estrutura do orçamento anual do Município consignará ainda:

- a – os recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

b – os recursos destinados ao pagamento de precatórios, nos termos previstos no art. 100 e parágrafos, da Constituição da República;

c – os recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;

d – os recursos para a educação conforme artigo 212 da Constituição da República, aplicando 25% (vinte e cinco por cento) de suas receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências obrigatórias constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

e – os recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo, conforme a Emenda Constitucional de nº 25 de 14-02-00 que altera o inciso VI do artigo 29 e acrescenta o artigo 29-A à Constituição Federal que dispõem sobre limites de despesa com o Poder Legislativo Municipal que terá o percentual de 8% (oito por cento) da soma da receita tributária e das transferências prevista no § 5º do artigo 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizado no exercício anterior do mesmo diploma legal.

f – os recursos destinados à capacitação profissional dos servidores públicos e dos agentes políticos;

g – os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, em montante igual ou superior ao limite estabelecido no art. 69 da Lei n. 9.324/96;



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

h – os recursos destinados a Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE;

i – os recursos destinados a Execução do Programa Direto de Dinheiro na Escola - PDDE.

j – os recursos destinados a atender a Emenda Constitucional n. 29/00 que altera os art. 34, 35, 156, 160, 167,168 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, que no exercício financeiro de 2.009 será de no mínimo de 15,00%.

IX - Os decretos de abertura de créditos suplementares, serão acompanhados de exposição detalhada de motivos, contendo justificativa, bem como os efeitos prováveis dos cancelamentos das dotações sobre a execução das atividades e dos projetos, levando-se sempre em conta o equilíbrio fiscal.

~~X - Os créditos Adicionais Suplementares, Transposição e Remanejamento de uma categoria econômica para outra ou de um órgão para outro, esta fixado no corpo da lei orçamentária no limite de 40% (quarenta por cento) observando o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64.~~



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

XI - O valor estimado para a formação do Patrimônio do Servidor Publico PASEP corresponde a 1% das Receitas Correntes e Transferências de Capital, menos as retenções para o FUNDEB, estando de acordo com as Disposições contidas no artigo 2º inciso III, c/c artigos 7º e 8º inciso III da Lei n] 9.715/98.

CAPÍTULO IV

IV-DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 19 - A elaboração do projeto, aprovação e execução da lei orçamentária de 2009 deverá ocorrer de modo a dar transparência à gestão fiscal, com observância ao princípio da publicidade, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações concernentes a cada uma dessas etapas, bem como indicar sugestões acompanhadas de soluções para o desenvolvimento dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei; devendo ainda ser observado os efeitos da alteração da legislação tributaria, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios para os dois seguintes.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Parágrafo único - Além dos princípios da transparência e da publicidade da gestão fiscal, a proposta orçamentária deverá estar em consonância com os princípios da universalidade, anualidade e exclusividade, onde as despesas fixadas devem manter estrita observância com as previsões das receitas.

Art. 20 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação contida em propostas de alterações do Plano Plurianual 2006-2009, desde que tais propostas tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Parágrafo Único- Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 21 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas fiscais bem como o resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para as dotações abaixo:



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

- I- projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferência voluntárias;
- II- obras em geral, desde que ainda não tenha iniciadas;
- III- dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV- dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º- Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

§ 2º- Poderá ainda a redução recair sobre outras dotações que serão devidamente analisadas pelos Gestores de cada Poder, com exceção das despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município, dentre elas às destinadas ao pagamento da dívida pública.

§ 3º - Quando a diferença na arrecadação ocorrer nas receitas advindas do FUNDEB ou dos Fundos Federal e Estadual



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

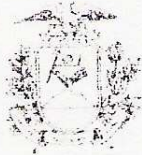
de Saúde, a redução será implementada pelo Poder Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

§ 4º - Após restabelecimento da receita prevista, total ou parcialmente, a recomposição das dotações anteriormente limitadas será elaborada por meio de ato de cada Poder.

Art. 22- As Despesas obrigatórias de Caráter Continuo em relação à Receita Corrente Líquida para o exercício financeiro de 2009 será expandidas em até 3,5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo fixadas na Lei Orçamentária Anual de 2008, bem como só serão contemplada aquelas fixadas na Lei Orçamentária Anual bem como no Plano Plurianual.

Art - 23 – Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos de Reserva de Contingências e também, se houver, do Exercício de Arrecadação e do Superavit Financeiro do exercício de 2008.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 24 – A reserva de contingência que consta da Lei destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na portaria MPO nº 42/1999 art 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (artigo 5º III, “b” da LRF) bem como situações emergenciais e urgentes, nos casos de calamidade pública e outros eventos imprevistos que possam exigir de imediato a atuação do Governo Municipal, equivalente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

Art. 25 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabeleceria até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso.

Art. 26 - ~~Os projetos e Atividades priorizadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2009 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienações de bens e outras extraordinárias, só serão executadas e utilizadas a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.~~



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 27 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2009, constante do anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 28 - O Poder Executivo poderá firmar convênios ou instrumentos congêneres com outros entes públicos e privados para desenvolvimento de programas prioritários, bem como poderá consignar no orçamento municipal recursos para financiar serviços ou atividades incluídas nas suas funções, típicas ou subsidiárias, a serem executadas por entidades públicas e privadas, e em especial as de cunho sociais e de ilibada reputação, como aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, previstas na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1.999.

§ 1º - As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária; Assim como a transferência de recursos oriundas do Tesouro Municipal a entidades públicas e privadas, somente beneficiará aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.



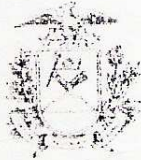
ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º - As entidades ora beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverá prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 29- Os procedimentos administrativos de estimativas do impacto orçamentário – financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inscrito no processo que obriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Art. 30 - consideram-se despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2009 em cada evento, não exceda o valor limite previsto no item I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 devidamente consubstanciado no § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 31 - Será dada prioridade às execuções dos projetos em andamento e conservação do patrimônio público, em detrimento de novos projetos ou ações; salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 32- A previsão das receitas e a fixação das despesas do exercício financeiro de 2009 são orçadas a preços correntes; e a execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, a dotação fixada para cada Grupo de natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 33 - As normas os controles de custos e ações e avaliações dos resultados terão por base as metas fiscais, metas físicas e operações orçamentárias financeiras e patrimoniais.

CAPÍTULO V

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DIVIDA PUBLICA

Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2009 ~~conter-se-á~~ autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento a Despesa de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30,31 e 32).



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 35- Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO VI

VI- DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36- O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá no exercício financeiro de 2009, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169 § 1º II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos financeiros para cobrir as despesas decorrentes destes atos deveram estar previstos na lei de orçamento anual para o exercício financeiro de 2009..

Art. 37 - No exercício financeiro de 2009, as despesas com pessoal, ativas e inativas, dos Poderes Legislativo e Executivo observar-se-á rigorosamente, os limites estabelecidos na forma da

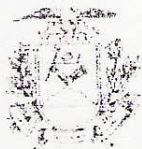


ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Lei Complementar - Lei de responsabilidade Fiscal a que se refere o art. 169 da Constituição da República.

§ 1º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, e ou concessão de vantagens tais como (horas extras etc.) ou aumento de remuneração aos servidores fica condicionada ao limite das despesas impostas pelas legislações prevista no caput deste artigo; entretanto deverá ser justificado pela autoridade competente, de forma que a Administração Municipal poderá autorizar a realização das vantagens e ou aumento de remuneração para os servidores, desde que as despesas com pessoal não excedam a 95% do limite estabelecido nos artigos 20, III e 22, parágrafo único, V da LRF

§ 2º - Ao Poder Legislativo caberá as providências, no seu âmbito; ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um do Poder Executivo e Legislativo no exercício financeiro de 2009, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2008, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70 da Receita corrente Líquida respectivamente, para o fiel cumprimento dos limites de despesas com pessoal, com fulcro no artigo 71 da LRF, se esta for inferior ao limite definido no art. 20, III, "a", do mesmo Diploma Legal.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 38 - Atingido o limite da despesa total com pessoal previsto nos arts. 19 e 20 da LC nº 101/2000, deverá os Poderes Executivo e Legislativo, adotar as providencias previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal combinado com as previsões contidas nos arts. 22 e 23 do mesmo Diploma Legal, senão vejamos:

- I- eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II- eliminação das despesas com horas extras;
- III- exoneração de servidores ocupantes de a cargos em comissão
- IV- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - O total de despesa do Legislativo, incluído os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais previstos no art. 29-A da Constituição da República introduzido pela EC nº 25, de 14/02/2000.

Art. 40 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão -de -obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com a atividade ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividade próprias da



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

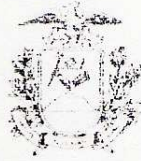
Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contrato ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesas que não o " 34 – Outras despesas decorrentes de contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

VII- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

TRIBUTÁRIA

Art. 41 - A lei que conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor quando acompanhada de medidas de compensação, que será proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou na criação de tributo ou contribuição, conforme prevê o art. 14 da LC nº 101, de 04/05/2000.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 42 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de eventuais propostas de alterações na legislação tributária, podendo, ainda, ser levado em conta:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II - a carga de trabalho estimada para o serviço quando este for remunerado;
- III - os fatores, internos e externos, que influenciam na arrecadação dos tributos;
- IV - a eficiência e a eficácia pretendida na arrecadação e cobrança de tributos;
- V - o estoque e a qualidade dos créditos duvidosos;

Art. 43 - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência, nos termos do art. 11 da LC n. 101, de 04/05/2000, exceto os tributos lançados e não arrecadados, inscrito em dívida ativa cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, estes são cancelados, sendo os mesmos relacionados e justificando a não constituição como renúncia de receita, previsto no § 3º do artigo 14 da LRF.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

CAPÍTULO VIII

VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2008, para a Câmara Municipal, o projeto de lei orçamentária anual de 2009, que será apreciado até o encerramento da Sessão Legislativa.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual sofrer qualquer atraso na sua regular aprovação e sanção, a programação que nele constar poderá ser executada, mês a mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 45 - Fica o Poder Executivo autorizado a considerar ~~legal as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromisso assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.~~

Art. 46 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício poderá ser reaberto no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.




ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 47 - O Poder Executivo fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio dos Órgãos da Administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município.

Art. 48 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 25 dias do mês
de agosto de 2008.


ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA
Prefeito Municipal

Esta lei foi registrada
no livro próprio e arquivada
no mural da Câmara
Municipal, em 25/08/08
RBF



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

PARECER N.º 063/2008, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2008

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Cuida-se de **Projeto de Lei n.º 028/2008, de 18 de novembro de 2008**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a inclusão de Metas na Lei n.º 2.932/08, L.D.O. 2008”.

O presente projeto de lei visa adequar a lei de diretrizes orçamentárias à realidade da execução orçamentária que se deseja seguir na busca do bem comum da municipalidade. Normal que no curso de um exercício a Administração Municipal, pelas vicissitudes cotidianas, altere os seus objetivos com reflexos no orçamento.

Manifestamente, trata de matéria cuja iniciativa é do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 49, inciso IV, da Constituição Municipal.

Resta apenas, para a legalidade e constitucionalidade do presente de lei, a necessária autorização legislativa.

Reza o artigo 33 da Constituição Municipal:

“Art. 33 – Cabe à Câmara Municipal, com as sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I –



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

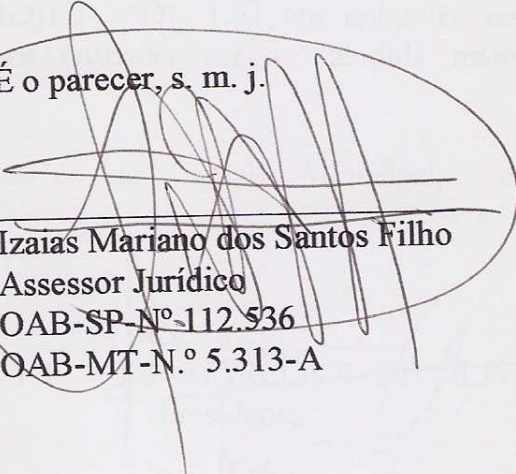
III – votar o orçamento anual e plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais.

IV -

Demais, as razões que embala este projeto de lei, constantes da mensagem, são meritórias.

Assim, somos, pela regular tramitação do presente projeto de lei, por ser constitucional, legal e regimental.

É o parecer, s. m. j.


Izaias Mariano dos Santos Filho
Assessor Jurídico
OAB-SP-Nº-112.536
OAB-MT-N.º 5.313-A

APROVADO
EM SESSÃO 25/11/08
Obsaunsa



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 028 /08 de autoria do poder
Executivo Municipal

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, analisando o PROJETO DE LEI em epígrafe, resolve exarar PARECER FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de 11 de 2008.

Ver.º WELITON MARCOS R. DE OLIVEIRA
Presidente

Ver.ª ANDRÉIA SANTOS DE ALMEIDA SOARES
Relator

Ver.º AILTON ALVES TEIXEIRA (Biroska)
Membro

APROVADO
EM SESSÃO 25/11/08
Assoux



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

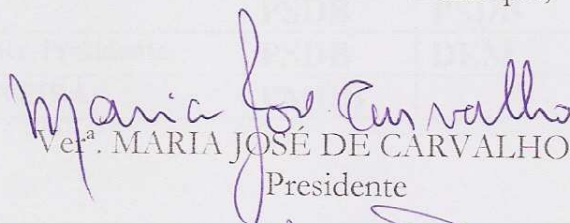
COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

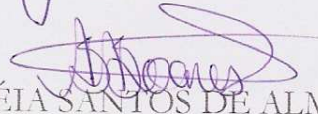
PARECER

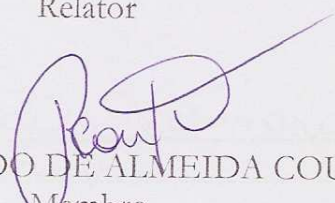
Ao Projeto de Lei n.º 028 /2008, de autoria do
PÓDER EXECUTIVO MUNICIPAL

A COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS, analisando o
PROJETO DE LEI em epígrafe, resolve exarar PARECER FAVORÁVEL, por
entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

11 Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de
de 2008.


Ver.^a. MARIA JOSÉ DE CARVALHO
Presidente


Ver.^a. ANDRÉIA SANTOS DE ALMEIDA SOARES
Relator


Ver.^o. RONALDO DE ALMEIDA COUTO
Membro



VOTAÇÃO

MATÉRIA DA PAUTA

Projeto de lei nº 028/08 - Poder Executivo municipal

VEREADORES	LEGEN DA	Partido Atual	SIM	NÃO	Abstenção
AILTON ALVES TEIXEIRA	PTB	PPS	x		
ANDREIA SANTOS DE ALMEIDA SOARES	PTB	PR	x		
ANTONIA JACOB BARBOSA 1ª Secretária	PL	PR	x		
Dr. CELSO MARTINS SPOHR	PSB	PPS	x		
MARIA JOSÉ DE CARVALHO	PP	PMDB			
Dr. RODRIGO RAGIOTTO - Presidente	PP	PP			Presidente
RONALDO DE ALMEIDA COUTO 2º Secretário	PC do B	PMDB	x		
SÔNIA NUNES DOS SANTOS	PSDB	PSDB	x		
WALTER NAVES DE SOUSA Vice-Presidente	PSDB	DEM	x		
WELITON MARCOS R. DE OLIVEIRA	PMDB		x		

Obs.

Mérito
 Aprovado em sessão Ordinária do
 dia 25/11/08 - Casaua